

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA – UMA REVISÃO TEÓRICA¹

THE EVOLUTION OF FAMILY IN HISTORY – A THEORETICAL REVIEW

LA EVOLUCIÓN HISTÓRICA DE LA FAMILIA – UNA REVISIÓN TEÓRICA

Paula Cambraia de Mendonça Vianna²
Sônia Barros³

RESUMO

Trata-se de uma revisão teórica sobre a evolução histórica da família, buscando identificar a sua organização e os alicerces que a sustentam, da Antiguidade até o Estado Moderno, com o objetivo de propiciar aos profissionais de saúde uma melhor compreensão desta instituição que tem sido um lócus importante para a implementação das práticas de saúde. Palavras-chave: Família; História; Evolução; Equipe de Assistência ao Paciente

ABSTRACT

This study is a review of the literature on the evolution of the family in history. It also contextualizes their forms of social, political, economic and cultural organization, from early times until the modern state. Our objective is to provide health professionals with a better comprehension of this institution, that has been a very important locus for the implementation of health practice.

Key-words: Family; History; Evolution; Patient Care Team

RESUMEN

Este estudio trata de una revisión teórica de la evolución histórica de la familia, intentando identificar sus formas de organización y las bases que la sostienen, desde la antigüedad hasta el Estado Moderno. Su objetivo es proporcionar a los profesionales de la salud una visión más clara de esta institución que ha sido un espacio importante para implementar prácticas de salud.

Palabras clave: Familia; Historia; Evolución; Grupo de Atención al Paciente

¹ Este artigo faz parte da tese de Doutorado de Paula Cambraia de Mendonça Vianna, realizada na Escola de Enfermagem/USP, no período de 1999 a 2002.

² Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem/USP. Professora da Escola de Enfermagem/UFMG. E-mail: paulacambraia@bol.com.br

³ Doutora em Enfermagem. Professora da Escola de Enfermagem/USP. E-mail: sobarros@usp.br

Endereço para correspondência: Av. Alfredo Balena, 190, sala 600. Cep: 30130-100. Belo Horizonte-MG

INTRODUÇÃO

O tema família tem despertado, cada vez mais, o interesse de estudiosos de correntes teóricas diversas. Explicar o funcionamento da família, a sua realidade social e histórica, as estratégias por ela encontradas para se manter como uma instituição social forte e as funções desempenhadas por seus membros no interior do grupo são assuntos que criam polêmica e desafiam os pesquisadores. A nosso ver, alguns fatores são essenciais para explicar a sua permanência. A família é o espaço primeiro de ajustamento e organização das relações e funções a serem desempenhadas pelo indivíduo na sociedade; é determinante no desenvolvimento da afetividade, da sociabilidade e do bem-estar físico do indivíduo; é espaço de proteção contra os perigos do mundo exterior.

Para os profissionais que atuam na área da saúde, torna-se cada vez mais importante o conhecimento das formas de organização e funcionamento da família, visto que ela tem se tornado um espaço de atuação e intervenção desses profissionais. Segundo Wright e Leahey⁽¹⁾, “a enfermagem tem um compromisso e obrigação de incluir a família nos cuidados de saúde. A evidência teórica, prática e investigacional do significado que a família dá para o bem-estar e a saúde de seus membros, bem como a influência sobre a doença, obriga as enfermeiras a considerar o cuidado centrado na família como parte integrante da prática de enfermagem”.

O ato de cuidar adquire características diferentes em cada sociedade e é determinado por fatores sociais, culturais e econômicos. Esses fatores vão definir os valores e as condições em que se processa o ato cuidador. Portanto, torna-se necessária a compreensão da realidade histórica, social e cultural de cada família para que o profissional de saúde consiga promover uma assistência que atenda o homem em todas as suas dimensões.

Com o objetivo de propiciar aos profissionais de saúde uma melhor compreensão desta instituição que tem sido um locus importante para a implementação das práticas de saúde, realizaremos uma revisão teórica sobre a evolução histórica da família, buscando identificar a sua organização e os alicerces que a sustentam, da Antiguidade até o Estado Moderno.

DESENVOLVIMENTO

A análise marxista sobre a família é profundamente marcada pela obra de Engels que nos fornece uma explicação materialista da família e procura explicar as diferentes formas de família nas diferentes classes sociais. No século XX, essa análise marxista da família “tem seu ponto alto no reconhecimento, pela Escola de Frankfurt, de que ela é uma instituição social e uma ideologia, a despeito de ter um caráter aparentemente privado”.⁽²⁾

Nesse contexto, podemos afirmar que, na ideologia burguesa, “a família não é entendida como uma relação social que assume formas, funções e sentidos diferentes tanto em decorrência das situações históricas quanto em decorrência da situação de cada classe social na sociedade. Pelo contrário, a família é representada como sendo sempre a mesma (no tempo e para todas as classes) e, portanto, como uma realidade natural (biológica), sagrada

(desejada e abençoada por Deus), eterna (sempre existiu e sempre existirá), moral (a vida boa, pura, normal, respeitada) e pedagógica (nela se aprendem as regras da verdadeira convivência entre os homens, com o amor dos pais pelos filhos, com o respeito e temor dos filhos pelos pais, com o amor fraterno)”.⁽³⁾

Para Engels⁽⁴⁾ o estudo sobre a família inicia-se em 1861, com o Direito Materno de Bachofen. Nesse livro, esse autor traça a evolução da família, desde os povos primitivos até a passagem para a monogamia, frisando as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres, seus descendentes e a dominação masculina pelo pátrio poder. Posteriormente, os estudos desenvolvidos por Morgan, junto às sociedades indígenas americanas, retomados por Engels em seu livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, possibilitaram o estabelecimento das relações existentes entre família e sociedade. Naquele contexto, a ordem social está condicionada ao grau de desenvolvimento do trabalho e à família. Quanto menos desenvolvido é o trabalho, menor é a riqueza da sociedade e maior a influência dos laços de parentesco sobre o regime social. Portanto, a família “é o elemento ativo, nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado”.⁽⁴⁾ À medida que a sociedade evolui, a família também evolui e essa evolução é definida, sempre, pelo grau de superioridade e domínio do homem sobre a natureza. Dessa maneira, para Morgan apud Engels⁽⁴⁾, “a família é o produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema”. Passando pelas etapas descritas por Engels sobre a evolução da família (consangüínea, punaluana e sindiásmica) chegamos à família monogâmica, baseada no poder do homem sobre a mulher e cuja maior finalidade é a procriação dos filhos, cuja paternidade seja indiscutível. Na descrição de Morgan⁽⁴⁾, entende-se como família consangüínea aquela em que os grupos conjugais classificam-se por gerações. O vínculo de irmão e irmã pressupõe a relação carnal mútua. Na família punaluana, os irmãos são excluídos das relações carnavais mútuas. É característico o matrimônio por grupos e a descendência só pode ser estabelecida pelo lado materno, reconhecendo-se apenas a linhagem materna. Na família sindiásmica, o homem vive com uma mulher, mas a poligamia e a infidelidade ocasional continuam a ser um direito dos homens. O vínculo conjugal dissolve-se com facilidade e os filhos continuam a pertencer exclusivamente à mãe. O matrimônio por grupos (família consangüínea e punaluana) é característico do estado selvagem. Já a família sindiásmica diz respeito à barbárie, a monogâmica, à civilização. Portanto, “a monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e o desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos desse homem, excluídos os filhos de qualquer outro”.⁽⁴⁾

Durante o que se convencionou denominar como período da Grécia Clássica (século V a.C.), destacaram-se duas cidades-estados que ao alcançarem maior extensão territorial passaram a ter uma grande importân-

cia política e socioeconômica constituindo-se como pólos de visões de mundo diametralmente opostas: Esparta e Atenas. É no legado dessas organizações sociais que podemos identificar traços significativos da estrutura familiar ocidental, fundada na tradição “greco-romana-judaica-cristã”.

Esparta reconhecía na guerra sua vocação e a própria justificativa para sua existência. A educação visava a formação de bons soldados, privilegiando a formação física e militar. Por volta dos sete anos, as crianças do sexo masculino eram entregues ao Estado que assumia a função de completar a sua educação, preparando-as para “obedecer, resistir ao cansaço e vencer os combates”. A rigidez e a disciplina impostas aos cidadãos de Esparta podem ser detectadas em algumas expressões que são utilizadas, contemporaneamente, nas sociedades ocidentais como, por exemplo, “vida espartana” – para significar vida dura. As mulheres de Esparta também recebiam, desde a infância, treinamento físico que incluía a prática de ginástica e a participação em jogos. Recebiam, além disso, treinamento “psicológico” com o objetivo de prepará-las para serem mães e esposas de guerreiros. De maneira geral, podemos afirmar que as mulheres espartanas gozavam de maior autonomia do que as mulheres de outras cidades-estados porque lhes cabia, juntamente com seus maridos, a participação na administração do patrimônio familiar.

De maneira mais acentuada, a sociedade ateniense era organizada para o mundo masculino. Na família, o espaço feminino era o das funções domésticas. O casamento das filhas adolescentes era tratado pelo pai e, após as núpcias, as mulheres ficavam sob o domínio total dos maridos. A noção de virtude feminina estava ligada à idéia da mulher que ficava em casa e mantinha o silêncio. Enquanto as mulheres eram preparadas para bem desempenhar as funções domésticas de maneira singela e submissa, os homens eram treinados para desenvolver um conjunto de habilidades físicas e qualidades morais bastante sofisticadas. A educação dos homens atenienses, ao contrário da espartana, era flexível e aberta, buscando a integração entre corpo e mente de forma harmoniosa.⁽⁵⁾

Já, na sociedade romana, a família vivia sob a autoridade do pátrio poder. O homem, casado ou não, tinha na figura do pai o seu juiz natural que poderia condená-lo à morte por sentença privada. O adulto com pai vivo não podia concluir um contrato, libertar um escravo, elaborar seu testamento ou fazer carreira. Tudo que possuía pertencia ao pai cuja capacidade de testador era quase infinita. O direito de primogenitura não existia e cabia ao pai, escolher qual de seus filhos seguiria carreira pois as vagas no Senado e nos Conselhos das cidades eram poucas e os custos, bancados pelas famílias, muito altos. O parricídio acontecia com relativa frequência e, por ocasião da morte do pai, era anunciada a herança e os filhos tornavam-se adultos.

O testamento era de imenso valor na Roma Antiga e a sua leitura um acontecimento público, grandioso e motivo de orgulho para a sociedade da época. Através dele, definiam-se os herdeiros, exaltavam-se os mais queridos, libertavam-se os escravos, insultavam-se os que

havia sido detestados e designavam-se os herdeiros substitutos.

O casamento era um ato privado, não existindo contrato por escrito e não sendo necessária a presença de um juiz ou de um padre para celebrá-lo. As pessoas se casavam para receber um dote, ter filhos legítimos e perpetuar o corpo cívico. Configurava-se como uma das opções de vida do cidadão, e a esposa juntamente com os filhos, os libertos, os clientes e os escravos obedeciam ao senhor. Em caso de litígio por uma herança, buscavam-se provas para decidir se um homem e uma mulher eram legitimamente casados e testemunhas eram, então, convocadas.

O nascimento de um romano não era apenas um fato biológico. Ele só vinha ao mundo por decisão do chefe de família e a criança não reconhecida pelo pai era exposta diante da casa ou num local público para ser recolhida. As crianças malformadas eram enjeitadas ou afogadas pois, para os romanos, era necessário separar o que é bom do que não serve para nada.⁽⁶⁾

Logo que as crianças nasciam, eram confiadas a uma nutriz. Nessa época, as mães não amamentavam seus filhos e as nutrizes eram encarregadas, além da amamentação, da educação das crianças até a puberdade juntamente com um “pedagogo” ou “nutridor”. Tanto a nutriz como o pedagogo constituíam uma vice-família para a criança e recebiam indulgências e complacências do senhor.

Até completarem doze anos, os meninos e meninas freqüentavam escolas mistas. Após essa idade, somente os meninos que pertenciam às classes abastadas, continuavam a estudar “para adornar o espírito, para se instruir nas belas letras....Em Roma, não se ensinavam matérias formadoras nem utilitárias, e sim prestigiosas e, acima de tudo, a retórica”.⁽⁶⁾ A escola romana permanecia separada da rua e da atividade política e religiosa, e eram considerados cultos os que aprendiam a língua e a literatura grega. Ao contrário, a escola grega constituía parte da vida pública e o esporte ocupava metade da educação. Não aprendiam o latim e ignoravam os escritores romanos.

Faziam parte da educação intelectual do menino romano o esporte e a caça. Nadar, correr, marchar, montar a cavalo, manejar o arco, a espada e o machado eram atividades indispensáveis para a sua educação, pois o menino deveria saber matar e combater para proteger sua parentela. A finalidade da caça não consistia apenas em abastecer as cozinhas, mas, também, em treinar para a guerra, para a arte de matar. Aos quatorze anos, o menino abandonava as vestes infantis e as dezesseis podia optar pela vida pública ou entrar no exército.

Quanto às meninas, eram dadas em casamento aos doze anos e, no máximo, aos quatorze eram consideradas adultas. Eram encerradas em casa e dedicavam-se às atividades da roca e do fuso. Se tivessem talento, aprendiam a dançar, a cantar e a tocar um instrumento.

As atividades de lazer consistiam nas idas aos banhos públicos e aos grandes espetáculos: teatro, corridas de cavalos no Circo, lutas de gladiadores ou de caçadores de feras. Essas atividades eram partilhadas pelos homens,

mulheres, libertos, escravos e crianças. Nos feriados religiosos, os romanos ofereciam sacrifícios de animais em suas casas, e os amigos eram convidados a partilharem de sua mesa, motivo de grande honra.

Com a ascensão do cristianismo, mudanças importantes acontecem nos ideais morais da época e provocam a renúncia sexual completa para alguns, a ênfase na harmonia conjugal, a desaprovação ao segundo casamento de viúvas, a rejeição ao divórcio. Evitava-se o casamento de pagãos, e o ato sexual passou a representar a fraqueza moral do homem. A sexualidade tornou-se um pecado, e o prazer carnal reproduzia o pecado de Adão e Eva.

A partir de meados do século III, a civilização romana ocidental começou a sofrer os efeitos dos movimentos migratórios dos povos que passaram a interagir, tanto de forma pacífica como por meio de invasões, com os habitantes do Império Romano. As tribos, que vagueavam pelas “bordas” do território romano, acabaram por se estabelecer nas áreas ocidentais da Europa determinando o declínio da civilização romana. Gauleses na atual França, bretões e outras tribos ceutas da grande família indo-européia (à qual também pertenciam gregos e romanos) nas Ilhas Britânicas, eslavos e germanos a leste e ao norte dos limites do território do Império Romano, contribuíram para as profundas transformações que determinaram, ao longo dos primeiros dez séculos da era cristã, o processo de feudalização na Europa Ocidental.⁽⁷⁾

Esses povos não conheciam o Estado e a cidade como organismos político-administrativos. Dentro dos vários clãs ou tribos, o poder estava concentrado nas mãos de uma “assembléia” de guerreiros, que mais tarde deu origem à nobreza medieval. O guerreiro, ou seja o homem livre, era a figura que gozava de maior prestígio.⁽⁸⁾

A vida social estava centrada nas relações ligadas aos laços de sangue. Nesse sentido, a base da estrutura social amparava-se na noção geral da existência de uma comunidade de linhagem, que garantia a proteção do grupo de pessoas que aí viviam. A mulher partilhava com o marido as tarefas de proteção do grupo familiar, tinha direitos iguais aos dos homens podendo, inclusive, herdar terras dos pais. Nesse contexto, Duby citado por Ariès⁽⁹⁾ afirma que “na realidade, a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado. Mas assim que as instituições políticas lhe oferecem garantias suficientes, ele se esquivava da opressão da família e os laços de sangue se afrouxam. A história da linhagem é uma sucessão de contrações e distensões, cujo ritmo sofre as modificações da ordem política”.

A família bárbara devia, obrigatoriamente, ser numerosa para poder transmitir a vida e a herança. Várias pessoas moravam sob o mesmo teto e isso lhes assegurava refúgio e proteção contra os perigos externos.

As cerimônias de noivado eram mais exuberantes que as do casamento. Os pais da noiva recebiam uma quantia que representava uma compra simbólica do poder de mando sobre a mulher. Acontecia um grande banquete, com bebidas, cantos e divertimentos deliberadamente obscenos para estimular a fecundidade dos futuros esposos. Na manhã seguinte às núpcias, o homem fazia

uma doação à esposa como forma de agradecimento por sua virgindade e pela garantia que os filhos que ela daria à luz seriam realmente dele.

Ao contrário do que ocorria com o homem, a vida privada da mulher era pública pelas conseqüências que podia acarretar. Para Ariès e Duby⁽⁶⁾, “o adultério constitui uma verdadeira profanação da mulher e da descendência, portanto da sucessão vindoura. Toda união que despreza as condições sociais é impensável porque dissolve a sociedade da mesma forma que a mulher espontaneamente adúltera destrói a autenticidade de seus filhos e suprime o carisma do sangue”.

A cultura e a religião desses povos mantinham estreitos vínculos com o próprio espírito guerreiro dessa sociedade. Os poemas e canções improvisadas enalteciam os heróis de guerra durante os momentos de festas. Entretanto, cada tribo cultuava o seu herói, real ou mitológico, sempre lembrado através de rituais celebrativos. Os ritos religiosos eram realizados ao ar livre, nos bosques e montanhas, indicando a inexistência de templos. Tais ritos ocorriam em datas descontínuas e, ainda, em ocasiões particulares de cada clã. Portanto, a unidade religiosa não pôde ser identificada em meio às tribos. Não raro, aconteciam sacrifícios humanos e de animais.⁽¹⁰⁾

Muito do nosso legado cultural pode ser identificado pela “contaminação” entre os costumes greco-romanos e aqueles próprios das tribos “bárbaras”. Alguns traços de conotação nitidamente positiva podem ser encontrados em elementos festivos como a árvore de Natal – associada ao culto à árvore do paraíso e à felicidade da família – e, também, no hábito do contato físico ao cumprimentar – para os “bárbaros” estender a mão era prova de que não se estava armado. Por outro lado, outras partes desse legado não foram tão positivas: os vândalos, por exemplo, deram seu nome a uma das mais belas regiões da Espanha, a Andaluzia – terra dos vândalos – mas o termo vandalismo tornou-se sinônimo de destruição brutal em vários idiomas. Mesmo depois do período das invasões, a palavra “bárbaro” foi sempre associada às idéias de brutalidade, violência e ignorância.

A conquista e a ocupação dos territórios, antes pertencentes ao Império Romano, por essas tribos “bárbaras”, favoreceram o processo de ruralização da Europa Ocidental, a partir da distribuição de terras pelos chefes das tribos entre a aristocracia de guerreiros. Anos mais tarde, alianças entre os principais chefes e a Igreja Católica Romana possibilitaram tanto a efetiva cristianização da sociedade quanto a prática de distribuição de terras para o clero. Grandes propriedades rurais eram concedidas como feudos e, desse modo, quem as recebia tornava-se um senhor feudal. Aquele que cedia o bem se tornava suserano e quem o recebia passava a ser seu vassalo. Como as relações de vassalagem eram firmadas hierarquicamente, formou-se uma cadeia de proprietários de terras ligados uns aos outros por laços de suserania e vassalagem. Todos eles viviam da renda e do trabalho dos camponeses. Dentro de seus limites territoriais, o senhor feudal exercia a autoridade máxima, expressando a inexistência de um poder político centralizado. O conseqüente desaparecimento das es-

truturas de âmbito nacional, como leis próprias, línguas e costumes possibilitaram a consolidação do direito consuetudinário, ou seja, um complexo de normas não escritas, originárias dos usos e costumes tradicionais.⁽⁹⁾

Na base da estrutura social, os camponeses constituíam a maioria esmagadora da população. Trabalhavam para produzir alimentos para a família e para os senhores. Ao contrário do escravo da Antigüidade, que podia ser vendido e não possuía bens, o camponês do período feudal contava com um pedaço de terra para garantir o sustento de sua família, era proprietário de ferramentas agrícolas e alguns outros pertences e não podia ser vendido. Estava ligado à terra mesmo quando o feudo, por qualquer motivo, passava para as mãos de outro senhor. Era, portanto, servo ou membro do regime de servidão de gleba.

Na sociedade medieval, as mulheres desempenhavam funções diversas. As camponesas auxiliavam sua família na produção agrícola enquanto as pertencentes às famílias nobres se encarregavam da tecelagem e da organização da casa, administrando o trabalho das servas. Mas, todas elas estavam submetidas a seus pais e maridos. Existem registros de mulheres que chegaram a exercer os direitos de um senhor feudal, geralmente viúvas e tutoras de seus filhos menores, tornando-se responsáveis pela extensão de seus domínios, apesar do aspecto dominante ter mesmo sido a sujeição da mulher. Tal dominação sobre o sexo feminino era largamente favorecida pelo cristianismo – alguns teólogos chegaram a afirmar que a mulher era a maior prova da existência do diabo – e defendida pela Igreja. Paradoxalmente, se a sujeição da mulher era defendida tanto pela Igreja quanto pela aristocracia medieval, algumas atitudes revelavam uma posição de superioridade da mulher: o culto à Virgem Maria e o ideal cavalheiresco que transformava a mulher em musa inspiradora dos poetas e trovadores.⁽¹¹⁾

O casamento, na maioria das vezes, se realizava em função da conveniência masculina, quase não tendo relação com o amor. Para as moças de família nobre, a virtude expressava-se no recato e na submissão. Tal como as crianças, as mulheres eram consideradas incapazes por grande parte dos homens. A visão masculina acerca da mulher resultava do receio que os homens tinham do adultério e de prováveis magias, que poderiam levá-los à impotência.

A educação intelectual do menino iniciava-se, geralmente, após a “barbatoria”, cerimônia que se seguia ao primeiro barbear do rapaz, pois o pêlo significava que uma das qualidades fundamentais do homem, a agressividade, poderia ser cultivada. Os ensinamentos consistiam em nadar, correr, marchar, montar a cavalo e manejar o arco, a espada e o machado. Ao término do aprendizado, o menino ajoelhava-se na frente do pai e esse lhe batia violentamente no ombro para testar-lhe a resistência. Segundo Ariès e Duby⁽⁶⁾, “a sagração era um rito de passagem: garantia que o rapaz agora sabia combater e matar para proteger sua parentela”.

Cabe, ainda, destacar o papel do clero na manutenção da ordem feudal e na preservação da herança cultural greco-romana. A multiplicação dos mosteiros e das

ordens religiosas, a partir do século VI, possibilitou a conservação dos textos gregos e romanos que teriam, muito provavelmente, se perdido em meio à desordem do período das invasões. A divisão do território europeu em paróquias significou o estabelecimento de uma organização minimamente centralizada que, muitas vezes, serviu de apoio ao poder político fragmentário que caracterizou a Europa feudal. Além disso, bispos e padres assumiram perante a sociedade o papel de intermediários entre Deus e os homens disseminando o forte sentimento religioso que permeava a vida cotidiana. Nessa intermediação, o clero procurou estabelecer uma estreita inter-relação entre os terrores do mundo e os receios sobre a vida eterna (a violência, o medo do sexo e da morte), criando nos indivíduos uma culpa surda. De todo modo, o medo do inferno era mais forte do que a crença na salvação. Nesse sentido, santos e anjos foram, providencialmente, apresentados como protetores capazes de ajudar as pessoas no seu dia-a-dia, protegendo a saúde das crianças e adultos, favorecendo a fertilidade da terra e dos rebanhos, afastando as catástrofes da natureza e, sobretudo, neutralizando o poder dos demônios.⁽¹²⁾

Ao assumirem o papel de guardiões da herança cultural da Antigüidade Clássica, os mosteiros serviram de centros de ensino para os leigos. Com o passar do tempo, a ligação entre a Igreja e a cultura passou a ser afirmada não apenas nos mosteiros, mas também num novo tipo de instituição de ensino: a universidade. Ligados à Igreja, em sua grande maioria, os professores dessas instituições dariam origem, no final do período medieval, a uma nova categoria social, a dos intelectuais aos quais caberia, séculos mais tarde, a função de esboçar o que foi uma das principais tarefas dos humanistas, ou seja, desvincular a razão da fé.

As festividades religiosas representavam, na sociedade feudal, momentos de descanso e congregação. Entre os entretenimentos mais apreciados por todos os segmentos sociais, de natureza religiosa e por isso incluídos no calendário litúrgico anual, destacavam-se as comilanças que eram banquetes essencialmente noturnos com menus variados. A maioria desses eventos servia para reforçar a união de amigos e familiares das camadas mais privilegiadas, comemorando alguma graça conquistada.

As refeições, principalmente a da noite, eram verdadeiros rituais religiosos e os banquetes em comunidade aproximavam as pessoas dos deuses. Comer muito garantia a força genética e geradora e as comilanças eram destinadas a assegurar a salvação física e espiritual da família. A embriaguez era considerada como um dom dos deuses e um verdadeiro êxtase e o ideal alimentar baseava-se em pratos pesados e gordos, sopas e, principalmente, pão. As sextas, os arrotos e a flatulência constituíam sinal de boa saúde e de deferência ao anfitrião.⁽⁶⁾

A partir do século XIV, a Europa medieval sofreu modificações significativas nos aspectos econômico—com o reaquecimento das atividades comerciais—cultural e religioso—com os questionamentos reintroduzidos na sociedade em conseqüência do Renascimento e das Reformas Protestante e Católica—social—com o surgimento

da burguesia e o crescente processo de urbanização e, finalmente, político—com a centralização do poder político e a conseqüente consolidação dos Estados Nacionais. No entanto, a amplitude da sociedade feudal não se restringiu ao período feudal. Sua complexa estruturação social coexistiu com a sociedade européia moderna como, por exemplo, a manutenção e a exacerbação do sistema hierárquico que determinava uma certa imobilidade entre os grupos sociais. A rigidez hierárquica refletia-se nas práticas de representação social que, por sua vez, expressavam rígidas normas de comportamento. Podemos citar, para ilustrar tal fato, o vestuário da época que apresentava a posição do indivíduo na sociedade: quanto mais rodada fosse a saia da mulher, quanto mais arminho tivesse, maior era a sua posição social. Apesar de a vitória da Revolução Francesa, em 1789, ter representado um golpe decisivo contra os resquícios feudais na Europa Ocidental, alguns elementos sobreviveram, vinculados a estruturas tradicionais ou modernizadas.⁽¹¹⁾

Durante o século XV, ainda era grande a falta de afeição dos adultos para com as crianças. Essas eram mantidas em suas casas até a idade de 7-9 anos quando, então, eram colocadas nas casas de outras pessoas. Incumbiam-se de todas as tarefas domésticas, e os ingleses e franceses acreditavam ser mais bem servidos por crianças estranhas do que por seus próprios filhos. Esse era um hábito difundido em todas as classes sociais e “era através do trabalho doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir”.⁽⁹⁾

A transmissão do conhecimento de uma geração a outra era garantida pela participação das crianças na vida dos adultos, através do contato de cada dia. Nesse contexto, Ariès⁽⁹⁾ afirma que “a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental”.

Após o século XV, a escola passou a ser o instrumento normal da iniciação social, da passagem do mundo da infância para o mundo dos adultos. Constatamos, nessa época, o nascimento e o desenvolvimento do sentimento de família, reconhecida como um valor e formada pelos pais e filhos.

Contudo, o ingresso da criança na escola não foi visto com muita naturalidade pelos pais. Os adultos acreditavam que se as crianças fossem criadas em casa haveria uma maior preocupação com a sua saúde e elas aprenderiam mais rapidamente os deveres da vida civil e a boa educação. Mas existiam, também, os inconvenientes da educação doméstica como, por exemplo, os mimos dos pais, as visitas freqüentes que interferiam nos estudos e a promiscuidade dos criados.⁽⁹⁾

Até o final do século XVII, a casa servia tanto para abrigar a família como para receber amigos, clientes, parentes e protegidos. As visitas eram freqüentes e comandavam a vida da casa ditando, inclusive, o horário das refeições. Não havia destinação entre os cômodos da casa, vivia-se em salas onde se fazia de tudo: comer, dormir, receber visitas, trabalhar e resolver negócios. Nessas famílias, entretanto, “já surgia o sentimento moderno da família, não como refúgios contra a invasão do

mundo, mas como os núcleos de uma sociedade, os centros de uma vida social muito densa. Em torno delas, estabeleciam-se círculos concêntricos de relações, progressivamente mais frouxos em direção à periferia: círculos de parentes, de amigos, de clientes, de protegidos, de devedores, etc”.⁽⁹⁾

É no século XVIII que a família começou a manter a sociedade à distância do meio doméstico. O espaço físico foi reorganizado e assegurava a independência dos cômodos, deixando um espaço maior para a intimidade. “Esse grupo de pais e filhos, felizes com sua solidão, estranhos ao resto da sociedade, não é mais a família do século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores: é a família moderna”.⁽⁹⁾

Foi no contexto marcado pela ascensão da nova ordem capitalista que se estabeleceram as bases da estrutura familiar da atualidade. A necessária valorização do trabalho preconizada pela classe burguesa, a “moralização” do lucro, a concorrência, a expropriação dos trabalhadores, dentre uma série de outros fatores, significaram profundas transformações na família. A consolidação do capitalismo representou uma espécie de resignificação dos papéis dos membros da família principalmente porque mulheres e crianças passaram a desempenhar, junto com os homens, as funções ligadas à geração de recursos para a própria sobrevivência do núcleo familiar. Sobretudo, no caso da mulher, tais modificações acabaram por levar ao processo de emancipação do sexo feminino. De toda forma, ao ingressar no mundo masculino da força de trabalho, as mulheres gradativamente passariam a reivindicar participação política, cultural e até religiosa. As crianças, por sua vez, acabaram por significar o depósito das esperanças civilizacionais que atendiam aos interesses do capitalismo e começaram a ser preparadas para participar de forma cada vez mais “produtiva” no mercado capitalista, seja como mão-de-obra, seja como consumidoras.

Finalizando, Ariès e Duby⁽⁶⁾ afirmam que “naturalmente inscrita no interior da casa, da morada, encerrada sob fechaduras, entre muros, a vida privada parece, portanto, enclausurada. No entanto, por dentro e por fora dessa ‘clausura’, cuja integridade as burguesias do século XIX entenderam defender a todo custo, constantemente se travam combates. Voltado para o exterior, o poder privado deve sustentar os assaltos do poder público. Deve, também, do outro lado da barreira, conter as aspirações dos indivíduos à independência, pois o recinto abriga um grupo, uma formação social complexa, na qual as desigualdades, as contradições parecem atingir o ápice, o poder dos homens se choca mais intensamente do que fora com o poder das mulheres, o dos velhos com o dos jovens, o poder dos amos com a indocilidade dos criados”.

As diferentes formas de organização familiar, através dos tempos, refletem-se nas possibilidades de atenção à saúde das populações. Importante salientar que é através da família que o Estado consegue exercer um controle sobre os indivíduos, impondo-lhes diferentes responsabilidades conforme cada momento histórico. Segundo Prado⁽¹⁴⁾, a família servirá, também, em favor do

Estado, como “válvula de segurança das revoltas e conflitos sociais (...) Interessa, portanto, ao Estado canalizar todas as energias individuais ou coletivas para a esfera doméstica, desviando-as da contestação e de reivindicações sociais”. Contar, portanto, com a família na organização e implementação de novas práticas de saúde é referendar a importância do papel dessa instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a família possibilita um melhor entendimento da estrutura das sociedades e do seu desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Para o profissional que atua na área da saúde, conhecer as diferenças regionais, os grupos sociais, a época, o local, os valores e as tradições culturais, enfim, a realidade social e histórica de cada sociedade, dinamiza e enriquece a assistência prestada.

A família, como instituição social, é capaz de promover transformações sociais, adaptando-se às normas vigentes em cada período histórico e facilitando a adaptação de seus membros aos novos valores e condições sociais e econômicas. Nesse contexto, contar com a família como parceira da assistência é contar com um aliado poderoso na implantação das novas políticas de saúde.

Essas novas políticas e os modelos assistenciais daí advindos têm, cada vez mais, incluído e às vezes responsabilizado o indivíduo e a família pela implementação de novas formas de cuidado. Podemos citar como exemplos o autocuidado, o home care, o cuidador da assistência domiciliar, o Programa de Saúde da Família, etc. Por isso, é necessário entender criticamente essa organização para tê-la como parceira fundamental em qualquer prática de saúde inovadora que venha a ser implantada e não como defensora do status quo.

Redirecionar a nossa prática, através da capacitação de novos profissionais de saúde aptos a atuar de acordo com a realidade das novas políticas assistenciais e com esse ator fundamental que é a família, possibilitará que o homem seja visto em sua totalidade e não esfacelado no social, no psíquico, no biológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 – Wright MW, Leahey M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. São Paulo: Roca; 2002.
- 2 - Bottomore T, Editor. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1988.
- 3 – Chauí MS. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense; 1981.
- 4- Engels F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2000.
- 5 - Finley MI. Democracia antiga e moderna. Rio de Janeiro: Graal; 1988.
- 6 - Ariès P, Duby G. História da vida privada: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras; 1990.
- 7 - Antonetti G. A economia medieval. São Paulo: Atlas; 1977.
- 8 - Le Goff J. Para um novo conceito de Idade Média. Lisboa: Estampa; 1980.
- 9 – Ariès P. História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar; 1981.
- 10 – Gurevitch AL. As categorias da cultura medieval. Lisboa: Caminho; 1991.
- 11- Freire EAL. A mulher na Idade Média: serva ou musa? Rev Depto História da UFMG set/1988; n.7. p.155-157.
- 12 - Le Goff J. L'imaginaire médiévale. Paris: Gallimard; 1991.
- 13 – Elias N. A sociedade de Corte. 2ª ed. Lisboa: Estampa; 1995.
- 14 – Prado D. O que é família. São Paulo: Brasiliense; 1983.